

## E POR FALAR EM AUSTERIDADE...

*“Essa austeridade, gostaria que fosse a marca da atual Reitoria e ela será perseguida a todo custo. [...] Têm que fazer uma administração clara, aberta, transparente e com situações muito bem colocadas.”*

**Prof. Hermano Tavares, Reitor da Unicamp.** (CONSU de 30/6/98)

No último dia 7 de junho, a Reitoria da Unicamp lançou mais um “Reitoria comunica”, tentando justificar sua posição intransigente na (falta de) negociação em nossa data-base. Firmando pé na pretensa impossibilidade de um reajuste superior a 6%, usa e abusa de uma linha de argumentação baseada em jogos malabarísticos com números e porcentagens, e assim omite os motivos que justificariam a derrubada pelo CRUESP de nossa conquista na greve de 2.000: uma política salarial digna deste nome (vide matéria na página 4 deste Boletim).

Em mais um lance da versão local do “esqueçam o que escrevi”, o comunicado afronta a todos nós ao afirmar que nossa reivindicação histórica de recuperação do patamar salarial de janeiro de 1989 já foi atendida. E aí, a pegadinha, para os desatentos: parece que os atuais ocupantes da Reitoria se esqueceram que nosso movimento nunca se pautou pelos números do IPC-Fipe, mas sim pelos do DIEESE. E por um motivo simples: os indicadores de inflação adotados pela Fipe não são adequados para nossa faixa salarial, resultando sempre em subestimativas de nossas perdas de poder aquisitivo.

Seria esta postura embasada na responsabilidade com o patrimônio das Universidades Públicas Paulistas? Ou apenas mais um reflexo do mesmo velho autoritarismo, travestido, no plano da retórica, em moralidade e austeridade??

Nestes três anos da gestão Hermano, já fomos nos acostumando com seus discursos moralistas e moralizadores, tomados os integrantes da Reitoria de uma sanha justiceira, como se imbuídos da missão de “civilizar” a todos nós, novos bárbaros que pensam apenas em explorar e se aproveitar da coisa pública. Santos guerreiros em eterna cruzada

contra os dragões da maldade, que habitam em todos os integrantes da comunidade universitária.

Austeridade, transparência, visibilidade, responsabilidade, ética... Participação, diálogo, democratização, respeito... Um ótimo programa de campanha... Belos discursos...

Já a prática...

Também fomos nos acostumando a não mais nos espantar com desrespeitos aos Estatutos, ao CONSU, às entidades representativas de docentes, funcionários e estudantes, a manipulação de dados do orçamento, as meias verdades nos comunicados. Fomos descobrindo a ausência de diálogo, a intransigência, o personalismo, o autoritarismo.

Porém, recentemente, temos tido que reaprender a nos espantar, com invasões de privacidade, tentativas de violações da independência sindical e com gratificações duplas e secretas.

A austeridade e os tempos difíceis são apenas para a massa?

## FAÇA O QUE EU DIGO...

O Prof. Hermano Tavares, logo após ter assumido a Reitoria da Unicamp, implantou uma série de medidas restritivas, em face da crise orçamentária por que passava a Universidade. Em nosso Boletim n.º 8, de 16 de maio p.p., (no editorial **Não à dupla gratificação e à falta de transparência**), escrevemos: “Nos exercícios orçamentários de 98 e 99, o aperto orçamentário na Unicamp era de tal ordem que foram impostas restrições a toda comunidade, não dando espaço, inclusive, para qualquer tipo de reivindicação salarial. Não houve reposição das vagas docentes e os concursos para progressão na carreira foram suspensos; os 2% des-

## ASSEMBLÉIA GERAL

Dia 12/06 (terça-feira), às 12 horas, na Adunicamp

Pauta:

**Avaliação do indicativo do Fórum das Seis - ESTADO DE GREVE**

tinados à avaliação dos funcionários foram cortados; as verbas para a Biblioteca e FAEP foram reduzidas, além de outras medidas restritivas.”

Em comunicado de 16/6/98 (ver Boletim da Adunicamp n.º 8), o Reitor divulgava outros cortes, destacando-se o do PVDQ (Programa de Valorização, Desenvolvimento e Qualificação das Funções de Direção e Assessoramento) assim justificado: “Tornou-se necessário, pois, realizar um esforço concentrado de contenção desses fatores, **especialmente aqueles que por força da lei vêm resultando na incorporação progressiva de adicionais salariais**”.

Na Ata da 3ª Reunião Extraordinária do CONSU, realizada em 30/6/98, consta a fala inicial do Reitor, ao iniciar a discussão sobre o orçamento: “Estão vivendo o ano de 1998, do ponto de vista orçamentário, bastante difícil e apertado. Além disso, talvez devam conscientizar-se de que enveredaram por um caminho de uma certa inviabilidade estrutural. [...] Logo que assumiram a Reitoria fizeram um estudo rápido, não muito profundo, da situação orçamentária e constataram claramente que existia um déficit da ordem de 29 milhões de reais. [...] Esses dados foram estudados pela COP, que fez uma proposta de reduções que obviamente não é suficiente para resolver a situação difícil de continuar não recolhendo o IPESP. **São medidas duras propostas pela COP, mas de certa maneira estão diante de uma situação de falta de controle sendo necessário tomar alguma atitude que permita colocar a Universidade nos trilhos novamente.**”

Foi neste clima de crise orçamentária e de discursos de austeridade que o CONSU aprovou a Deliberação 580/98 que estabelecia como meta a redução de R\$ 1.200.000,00 em gratificações de docentes e funcionários. O Reitor nomeou um grupo de trabalho, que encaminhou um relatório preliminar em 25/2/99 com propostas que reduziriam as despesas em R\$1.590.000,00 à época, desde que fossem implantadas. O relatório apresentava, ainda, algumas sugestões, destacando-se duas: “1. Observada a legislação em vigor, nenhum servidor pode receber mais de uma gratificação, de qualquer tipo simultaneamente. 2. Qualquer gratificação ou qualquer vantagem salarial só pode vir a ser criada, no âmbito da universidade, através de Deliberação do CONSU.”

## **E NÃO O QUE EU FAÇO!!**

O Relatório evidenciava, ainda, a existência de uma Gratificação de Função, destinada a premiar os reinantes de plantão, recomendando sua extinção. **Uma gratificação dupla**, pois acumulada à Gratificação de Representação, que todos conhecíamos, e **secreta**, pois desconhecida de todos nós, meros mortais.

Pois bem, o que fez o Reitor que pregava e continua pregando austeridade para nós? Engavetou o relatório, não o encaminhando ao CONSU e não lhe dando divulgação alguma.

A Diretoria da Adunicamp tomou conhecimento do Relatório e solicitou informações em ofício ao Reitor em 15/03/01 (quase 3 anos depois de sua posse e 2 anos da entrega do Relatório ao Prof. Hermano). O Reitor não respondeu. Em 4/04/01, novo ofício da Adunicamp ao Reitor, agora mais taxativo, com perguntas mais incisivas. Novamente, ausência de respostas.

Questionado pela Adunicamp também no CONSU de 27/03/01, o Reitor nada disse, delegando ao Prof. Geromel, Pró-Reitor e presidente do Grupo de Trabalho a tarefa de tentar desqualificar o Relatório em poder da entidade, afirmando que aquele não corresponderia ao documento original porque – pasmem! – não estava assinado pelos membros do GT. Além disto, informou que o documento ainda não havia sido encaminhado à análise do CONSU – como deveria ter ocorrido, se respeitada a instância decisória máxima da Universidade – porque havia sido enviado à Procuradoria Geral da Unicamp, onde ainda permanecia à espera de parecer jurídico, pela complexidade do assunto (!?!).

Estranha paciência. Dois anos após a entrega do Relatório, o assunto jamais havia voltado ao CONSU, nem mesmo para comunicar que se estava aguardando o parecer da Procuradoria.

Entretanto, por dever de ofício, devíamos admitir a possibilidade de que o Reitor e demais integrantes de sua equipe, por coerência com seus discursos, tivessem aberto mão da tal gratificação, enquanto se aguardava o parecer jurídico, a publicização do documento, a discussão no CONSU e a regulamentação de gratificações.

Ledo engano!!! Em abril de 2.001, aconteceu uma festa de incorporações da tal dupla e secreta gratificação, segundo publicações no Diário Oficial do Estado. Lógico! O CONSU discutiu o assunto e propôs a criação da comissão em meados de 1.998; o Relatório foi entregue ao Reitor em fevereiro de 1.999; porém logo após a posse, em abril de 1.998, os privilegiados tomaram conhecimento da existência do privilégio e, ao mesmo tempo em que cortaram o PVDQ sob a argumentação de que era uma gratificação que era incorporada 10% ao ano, ao salário, era acumulada para muitos funcionários, mantiveram a sua gratificação dupla e que se incorpora 10% anualmente.

**Isto é, cortaram o PVDQ básico e mantiveram o PVDQ VIP !?!**

A seguir, mostramos o valor divulgado pela DGRH das Gratificações de Representação já com o reajuste de 24,5%; como a outra é secreta, consi-

*continua*

---

## O que o “Reitoria Comunica” não comunicou

Com data do dia 7/6/2001, circulou na Unicamp o boletim “Reitoria Comunica”, que traz análises financeiras das propostas do CRUESP e do Fórum da Seis, para o reajuste em maio, respectivamente 6% e 13,5%.

Começamos pela afirmação de que “o **salário básico médio anual** de um docente MS3 – o **melhor indicador do poder de compra no curto prazo** – é o mais elevado desde a autonomia”. De fato, o patamar de jan/01 a nov/01 é o mais elevado do gráfico. Porém, também salta aos olhos que a maior subida no gráfico, justamente para atingir este patamar em relação ao anterior (de jan/2000 a dez/2000), corresponde ao reajuste conquistado pela dura greve de 53 dias que sustentamos. Parte significativa dele se deve à fórmula de política salarial - que permitiu elevar o índice de 15% para 24,5% - e cuja reedição o CRUESP nos negou na reunião do dia 1/6/01.

Mais adiante lê-se que, “mesmo adotando a previsão do Fórum, a execução dos gastos aprovados no Orçamento não permite acomodar um reajuste geral superior a 6% na UNICAMP”.

A análise conclui também que o reajuste de 13,5%, reivindicado pelas assembleias das entidades que compõem o Fórum, implicaria redução de gastos com custeio e investimentos previstos no orçamento e autorizados pelo CONSU. O montante seria de 85 milhões de reais ao passo que a disponibilidade, com os 13,5% de reajuste, se reduziria a 45,8 milhões. Vê-se aí que, como apontaram alguns conselheiros durante a reunião extraordinária do CONSU, a revisão orçamentária proposta pela reitoria e, posteriormente aprovada, de fato, tornou-se um forte limitante para o reajuste salarial de data-base. Não seria essa uma das razões da pressa com que a reitoria tentou aprovar a revisão orçamentária em reunião extraordinária do CONSU?

Entretanto, a camisa de força orçamentária não é tão justa. Os cálculos feitos pela assessoria econômica da

reitoria computam na folha de pagamento, como já informamos, uma despesa que não ocorre, ou seja, a da contribuição patronal ao IPESP, que corresponde a 6% da folha de servidores estatutários. Não se pode calcular como despesa um montante que não é gasto, ainda mais quando tem o efeito perverso de aumentar a folha de pagamento e reduzir o valor do reajuste possível. Assim, removendo da folha esta contribuição, que, repetimos, não é paga, a parte do repasse de ICMS previsto pelo Fórum das Seis não despendida com salários é de 73,3 milhões de reais. Somando isto aos 14,5 milhões de reais de recursos extra-orçamentários, previstos pela AEPLAN, chega-se a 87,8 milhões de reais, o que supera confortavelmente os 85 milhões para custeio e investimentos previstos na última revisão do orçamento. Portanto, **13,5% de reajuste em maio dá, sim!**

No final do comunicado “Reitoria Comunica”, está escrito, com todas as letras, que contribuições patronais não só não foram recolhidas como já foram utilizadas para cobrir despesas em momentos de escassez de recursos. Na reunião de comissões técnicas do CRUESP e do Fórum, o assessor técnico da reitoria da UNESP afirmou que a sua universidade gasta em custeio a contribuição patronal. Julgue você mesmo!

Mas o mais importante, que não foi comunicado, é a negativa do CRUESP em manter a política salarial, nossa maior conquista na greve de 2000. A alegação do presidente do CRUESP durante a reunião com o Fórum de que os riscos de crise impediriam uma proposta concreta, com fórmula definida é absurda. A fórmula de 2000 e a proposta do Fórum para 2001 trabalham apenas com o crescimento do ICMS, que a Reitoria gosta de chamar de “excesso de arrecadação”.

Por que os Reitores se recusam a discutir uma política salarial? Não será porque as perspectivas reais não sejam tão catastróficas como vêm sendo pintadas pelo governo e pela imprensa?

deramos lícito supor que tenha sido reajustada pelo menos com o mesmo índice sobre o valor base que consta do relatório. Use uma calculadora e comprovamos que em alguns casos a soma das gratificações ultrapassa o salário básico dos **Professores Assistentes Doutores ou MS-3 , R\$ 3.645,42**, sem os 6%. (A tabela completa de gratificações está na página da Adunicamp: <http://www.adunicamp.org.br>)

**Talvez por aí se explique a argumentação de que recuperamos nosso poder aquisitivo de janeiro de 1.989. Mas não seria o caso de perguntarmos: “nós, quem, Reitor??” Os que recebem apenas salários ou os privilegiados pela dupla gratificação?**

<b>Gratificação de Representação e de Função</b> (valores de 01/01/2001, não incluídos os 6%)		
<b>Designação</b>	<b>Gratificação de Representação<sup>1</sup></b>	<b>Gratificação de Função<sup>2</sup></b>
Reitor	2.274,06	1984,37
Coordenador Geral	2.046,61	1686,71
Pró-Reitor	1.705,51	1587,49
Chefe de Gabinete	1.591,80	1488,27
Prefeito		
Procurador Chefe		
Secretário Geral	1.478,10	1488,27
Superintendente		
SubChefe de Gabinete	1.250,71	1190,62

<sup>1</sup> Valores obtidos de tabela divulgada pela DGRH no site: [www.unicamp.br/dgrh/tabelas/grat\\_repr\\_jan2001.html](http://www.unicamp.br/dgrh/tabelas/grat_repr_jan2001.html)  
<sup>2</sup> Valores corrigidos pelos reajustes salariais até 1/01/2001

## De que lado estão os reitores?

*A propósito do estudo de expansão do ensino superior público paulista apresentado pelo CRUESP*

Durante a reunião de negociação entre Fórum e CRUESP, ocorrida em 1/6, os reitores não apenas impediram a participação das entidades estudantis, como se negaram a tratar dos pontos da pauta unificada de reivindicações relativos a questões não salariais. Argumentaram que as discussões em torno daqueles itens deveriam ocorrer no âmbito de cada uma das universidades e que as decisões somente poderiam ser tomadas após deliberações dos seus respectivos órgãos colegiados (Congregações e Conselhos Universitários).

Dentre esses pontos, estão reivindicações de ampliação de vagas nas universidades estaduais paulistas e de aumento do percentual de ICMS, de 9,57 para 11,6%, para essas instituições públicas de ensino superior. Tais itens são complementares, uma vez que, para uma ampliação do sistema universitário público paulista que garanta a manutenção dos seus níveis de ensino e pesquisa, é necessário um aumento de recursos que permita a contratação de docentes e funcionários e a criação de infra-estrutura adequada.

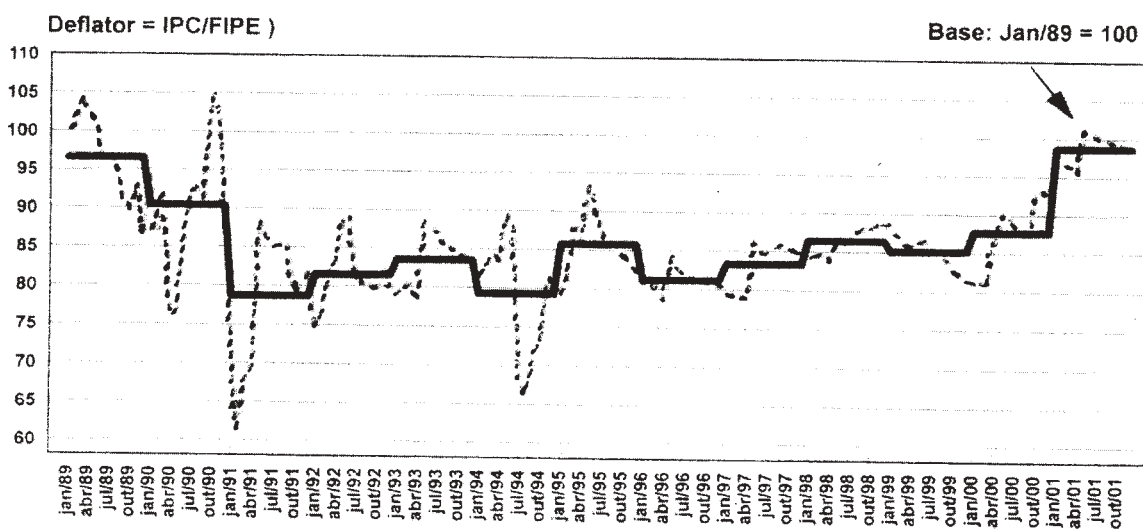
Para nossa surpresa, lemos no jornal Folha de São Paulo de 4 de junho que o CRUESP apresentou um estudo de expansão do ensino superior público ao Governador Geraldo Alckimin. A matéria destaca que os reitores pedem o aumento de vagas nas universidades, a abertura de novos campi, a criação de cursos seqüenciais, apoio aos cursos profissionalizantes, implementação de programa de educação continuada para professores de ensino fundamental e médio, emprego de novas tecnologias de ensino, etc. Segundo a matéria, o Prof. Jacques Marcovitch, reitor da USP, teria afirmado que esse estudo teve início em janeiro deste ano e propõe diretrizes para a implementação dos projetos nos próximos dez anos.

O que mais nos preocupa nessa notícia é que dias antes os reitores afirmaram, perante o Fórum das Seis, que as universidades não tinham condi-

ções financeiras de atender às reivindicações de docentes e funcionários relativas ao índice de reajuste salarial e à definição de uma política salarial. Cobrado pelas entidades presentes para que apresentasse uma justificativa técnica para essa posição, o presidente do CRUESP e atual reitor da Unicamp, Prof. Hermano Tavares, limitou-se a dizer que “assegurava” às entidades que o que estava oferecendo (6% de reajuste e uma reunião com o Fórum em novembro) era o limite possível para as condições orçamentárias das universidades. É bom lembrar que as entidades vêm demonstrando, com base em números fornecidos pela Secretaria da Fazenda do Estado e pelas próprias reitorias, que as condições orçamentárias das universidades permitem o atendimento de todas as nossas reivindicações. (ver matéria na página 4 deste boletim)

Perante esses fatos, ficam no ar algumas dúvidas: até que ponto esse estudo prevê a ampliação de recursos públicos para garantir a expansão do sistema universitário paulista sem comprometer a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão por ele oferecidos? Ou parte dos recursos resultantes da arrecadação crescente de ICMS, registrada nos últimos dezoito meses, que poderia garantir a recuperação dos nossos salários, está sendo comprometida com esse plano? Está prevista, nesse estudo, a abertura de concursos públicos para novos docentes e funcionários? Ou a expansão projetada implicará na adoção de outras formas de contratos que levarão ao aprofundamento da precarização das relações de trabalho no interior das universidades? Pior: se tais estudos iniciaram-se em janeiro, por que as respectivas comunidades acadêmicas não foram consultadas, ou pelo menos os seus respectivos órgãos colegiados não foram convocados para participar da sua realização? É provável que as respostas a algumas dessas questões explicitarão ainda mais de que lado estão os reitores.

Janeiro/1989 a Dezembro/2001



(IPC/FIPE Mai/01 a Abr/02 = 4.5%)

SAL. BÁSICO	MÉDIA ANO
DOC. MS-3	DOC. MS-3
-----	—————